



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 033 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 033

31ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 13

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 14

Eng. Ulisses Kaniak (Pres.SENGE) 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 13

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 18

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 18

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão / Votação:

Redação Final 21

3ª Discussão 21

2ª Discussão 21

1ª Discussão 22

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Ato do Presidente 27

Comissão Executiva

Atos 27

Diretoria Geral

Portarias 28

Atas de Comissões

Reforma da Constituição 28

Defesa do Consumidor 29

Defesa dos Direitos da Mulher,
da Criança e do Adolescente 29

DIÁRIO Nº 033

31ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Ney

Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Fábio Camargo, Mauro Moraes e Plauto Miró (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 057/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 024/07, de autoria do Deputado Nelson Justus e 077/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC 055/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 560/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/G 028/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, encaminhando o Balanço Consolidado do Estado, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento-Programa, relativos ao Exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº SEPL/COP 072/07 do Sr. Enio José Verri, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o Demonstrativo das Alterações da Despesa, ocorridas no 1º trimestre de 2007. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 067/07

SÚMULA:

Solicita o aumento do efetivo da Polícia Militar para os municípios da região metropolitana de Curitiba.

Aos Exmos. Srs. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública e Cel. Nemésio Xavier de França Filho, Comandante-Geral da Polícia Militar.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se aos Srs. Secretários, para solicitar o seguinte:

1) o aumento do efetivo de policiais militares, nos municípios da região metropolitana de Curitiba, tendo em vista o significativo crescimento demográfico da região metropolitana de Curitiba e com o agravante da violência em nossas cidades. A população dos municípios da região metropolitana é superior a 1.400.000 habitantes, conforme IBGE/IPARDES 2004, e há 599 policiais militares, resultando numa média de um policial para 2.300 habitantes, bem distante do ideal recomendado pela ONU: de um policial para quinhentos habitantes: Somos sabedores das dificuldades do estado para chegar na média ideal, mas com o aumento do efetivo será reduzido a diferença gritante e maior resultado para o cidadão que tanto clama por melhorias na área da segurança pública.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) EDSON STRAPASSON

INDICAÇÃO Nº 068/07

SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Oscar Joseph D'Plácido e Silva em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) a construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Oscar Joseph D'Plácido e Silva no município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A cobertura se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades na prática de esporte e ginástica, protegendo a todos das intempéries climáticas, como chuvas e excesso de sol, possibilitando a toda a comunidade escolar um ambiente protegido e seguro para as aulas de educação física e a prática de esporte.

INDICAÇÃO Nº 069/07

SÚMULA:

Solicitar que seja incluído o bairro Fênix, de Pinhais, no plano de saneamento básico.

Ao Exmo. Sr. Stênio Jacob - Presidente da SANEPAR.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Presidente, para solicitar o seguinte:

1) seja incluído no plano de saneamento básico, o bairro Fênix, localizado no município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois este bairro está muito carente nesta área e necessita de investimentos imediatos em saneamento básico.

INDICAÇÃO Nº 070/07

SÚMULA:

Solicitar que seja criado um hospital regional no Vale da Ribeira.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) seja criado um hospital regional na região do Vale do Ribeira.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois a região do Vale do Ribeira está carente de um hospital regional, a população vem aumentando em escala considerável e não dispõe de atendimento hospitalar.

INDICAÇÃO Nº 071/07

SÚMULA:

Solicitar a compra imediata de equipamento de ultra-sonografia para o Departamento de Saúde do município de Santa Mariana.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário Estadual da Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) a compra imediata de equipamento de ultra-sonografia para o Departamento de Saúde do município de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem por objetivo atender a grande demanda dos munícipes de Santa Mariana, que são pessoas carentes em sua maioria, e que ao necessitarem de

atendimento com exames complexos procuram o Departamento de Saúde do Município onde precisam ser atendidos dignamente.

INDICAÇÃO Nº 072/07

SÚMULA:

Solicitar que seja instalada uma escola estadual no bairro Uberaba em Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário Estadual de Educação.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) seja instalada uma escola estadual no bairro Uberaba, em Curitiba, entre a linha do trem e o Rio Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois temos informações de que a Prefeitura Municipal de Curitiba está disposta a viabilizar, por gestão do Vereador Ângelo Batista (PP), uma área de 9000m2 nesta localização, que possui demanda suficiente para receber uma nova escola.

INDICAÇÃO Nº 073/07

SÚMULA:

Solicitar que seja disponibilizada uma cancha poliesportiva coberta e melhorias para o Colégio Estadual Costa Viana no município de São José dos Pinhais.

A Exma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra - Diretora-Presidente da FUNDEPAR.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Presidente, para solicitar o seguinte:

1) seja disponibilizada uma cancha poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Costa Viana, no município de São José dos Pinhais;

2) sejam substituídas as salas de aula de madeira por salas de alvenaria, no mesmo colégio.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois o local possui uma quadra que foi iniciada em 1997, mas até hoje não foi concluída, sendo que a necessidade é urgente pois os alunos não dispõem de local adequado, no centro de São José dos Pinhais, para praticar atividades esportivas e de lazer, uma vez que o ginásio esportivo Ney Braga é de uso restrito dos atletas da prefeitura. Também as melhorias são necessárias, pois as salas de aula de madeira apresentam problemas de conservação e não podem mais subsistir ante os dias atuais.

INDICAÇÃO Nº 074/07

SÚMULA:

Solicitar que seja asfaltada a estrada que liga os municípios de Tunas do Paraná a Cerro Azul.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) seja efetuado o asfaltamento da estrada que liga os municípios de Tunas do Paraná a Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois esta ligação entre os dois municípios é muito utilizada e é a única ligação direta entre eles, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento destas cidades.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 200/07, item 07 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 110/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a discriminação aos portadores de epilepsia, tendo em vista que o autor apresentou novo projeto, com melhor redação do apresentado anteriormente.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 271/07, que declara de utilidade pública o Clube das Mães Unidas, com sede e foro no município de Londrina, por existir a Lei nº 7668, de 17 de novembro de 1982.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Aloísio Valérius, ocorrido em 16 de abril, em Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 16, aos 57 anos de idade, faleceu o Sr. Aloísio Valérius, colaborador do gabinete do nosso colega Deputado Elio Rusch.

Valho-me deste expediente para pleitear aos companheiros de legislatura, o registro de voto de pesar nos Anais da história deste Parlamento, como forma de homenagear a memória de Valérius. Justifico o requerimento lembrando que em sua curta existência, o extinto graduou-se em Filosofia, Pedagogia e Direito.

Dirigiu o município de Palotina durante o período de 1977-1982, entremeando sua administração com a presidência da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, a AMOP, no exercício de 1979-1981.

Foi vereador do mesmo município na gestão 1989-1992, tendo inclusive exercido a presidência do Legislativo palotinese.

Nós o conhecemos exercendo com dedicação e seriedade, a diretoria da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e desde 1997, prestando assessoria ao eminente Parlamentar Elio Rusch. Convicto da aprovação deste documento solicito ainda à Mesa Diretora da Casa, o envio de ofícios comunicando a decisão, aos poderes constituídos de Palotina e ao gabinete do Deputado Elio Rusch, para conhecimento da família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 13 de abril, do Sr. Clacir Oca Gavasso, empresário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada: Rua Florêncio Coubalch - Dois Vizinhos - CEP 85660-000.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento,

ocorrido no último dia 19 de abril, do Sr. Neri Bonatto, servidor público municipal.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada: Rua Osvaldo Aranha nº 476 - Dois Vizinhos - CEP 85660-000.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do município de Pirai do Sul, através de seu Prefeito, Sr. Valentim Villéo, pela passagem no dia de hoje, do aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Praça Alípio Domingues, 34, CEP 84240-000, Pirai do Sul, Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Companhia de Cimentos Itambé, na pessoa de seu Diretor-Superintendente Sr. Paulo Procopiak de Aguiar.

Justifica-se o pleito em homenagem aos seus 30 anos de produção e expedição.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à União dos Escoteiros do Brasil, na pessoa de seu Presidente Sr. Paulo Salamuni.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O nascimento do Movimento Escoteiro - Scouting for Boys, criado em 1907 pelo General inglês Baden-Powell - B.P. Na época, juntamente com o Tenente Weaver, encontrava-se na Inglaterra numeroso contingente de Oficiais e Praças da Marinha - preparava-se para guarnecer os novos navios da esquadra brasileira em construção. Um grupo de Suboficiais se entusiasmou com o revolucionário método de educação complementar imaginado por B.P. Entre eles estava o Suboficial Amélio Azevedo Marques que fez com que seu filho Aurélio ingressasse em um dos grupos de escoteiros locais. Assim, o jovem Aurélio Aze-

vedo Marques foi o primeiro escoteiro brasileiro ou, mais precisamente, o primeiro boy scout brasileiro.

Como é de conhecimento geral, em 23 de abril comemora-se o dia mundial do escoteiro. Temos destacado anualmente a passagem desta data para registrar a importância do escotismo como força educacional voltada à formação de valores e ao desenvolvimento da cidadania.

O escotismo criado em 1907 na Inglaterra por Baden Powell, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento dos jovens, tem uma abrangência muito maior do que a educação tradicional.

Para tanto, o desenvolvimento do caráter é tão verdadeiro que pessoas ilustres como o Papa João Paulo II, o Rei Carlos Gustavo da Suécia, ex-Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, o astronauta Neil Armstrong, o oceanógrafo e ambientalista Jacques Custeau, entre tantas pessoas ilustres do mundo todo participaram dessa importante missão de bem-estar e amor ao próximo.

Baden Powell disse: "Se queremos que nossos rapazes sejam felizes na vida, devemos fazer com que eles assimilem o costume de praticar o bem ao próximo, além de ensinar-lhes a apreciar as coisas da natureza."

Que maravilha um homem com tanto amor ao próximo e consciência exata da necessidade premente da defesa do meio ambiente, afinal, da defesa do meio ambiente depende a própria subsistência do ser humano.

O escotismo, presente em 216 países e com mais de 30 milhões de jovens, adultos e crianças prega 10 importantes leis:

- 1) o escoteiro tem uma só palavra e sua honra vale mais que a própria vida;
- 2) o escoteiro é leal;
- 3) o escoteiro está sempre alerta para ajudar o próximo e pratica diariamente uma boa ação;
- 4) o escoteiro é amigo de todos e irmão dos demais escoteiros;
- 5) o escoteiro é cortês;
- 6) o escoteiro é bom para os animais e plantas;
- 7) o escoteiro é obediente e disciplinado;
- 8) o escoteiro é alegre e sorri nas dificuldades;
- 9) o escoteiro é econômico e respeita o bem alheio;
- 10) o escoteiro é limpo de corpo e alma.

Pois é, que bom se todas as pessoas fossem assim.

Grandes são os feitos realizados pelos escoteiros.

Desejo de todo o coração que todos os homens públicos, assim como eu, persigam os ideais escotistas.

Parabéns, escoteiros, pelo seu dia.

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Renato Valmassoni Pinho.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Renato Valmassoni Pinho, conceituado médico paranaense, especialista em proctologia e gastro, desempenhando importante contribuição para o avanço da medicina, com relevantes serviços prestados aos seus pacientes, atuando no Instituto de Coloproctologia e Cirurgia do Aparelho Digestivo.

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a FETRANSPAR - Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a FETRANSPAR - Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná, por ocasião da comemoração dos seus 14 anos de fundação, com relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento do segmento de transportes em nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Edelmo Leite de Liz, Escola Estrela Globalizada.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Edelmo Leite de Liz, Escola Estrela Globalizada, pelos relevantes serviços prestados na área da educação, contribuindo na formação, através de metodologia do ensino a distância.

A Escola Estrela Globalizada é um dos centros associados do sistema de ensino Educon.

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Programa Bem Bom.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Programa Bem Bom, por ocasião da comemoração dos seus 04 anos de veiculação na mídia paranaense.

Destacamos o brilhantismo e dedicação da apresentadora e jornalista Mary Schaffer, assessorada pela competente e dinâmica Cecília Comel.

O Programa Bem Bom apresenta quadros de entrevistas e variedades, exibido pela emissora RICTV - Record.

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Associação dos Servidores da Polícia Federal.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a ASPF/Curitiba - Associação dos Servidores da Polícia Federal, por ocasião da posse do novo Presidente, Sr. Gilberto Tavares Sobrinho e demais membros da diretoria, eleitos para o triênio 2007-2009.

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Ipê Roxo, de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Ipê Roxo, conta com 1028 alunos, entre os ensinos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

Referido pedido beneficiará alunos que fazem parte dos bairros: Cidade Nova, Jardim Universitário e Vila São Vicente.

REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Secretário de Transportes do Paraná, Rogério Tizzot, solicitando seu empenho junto à América Latina Logística - ALL, para urgente mudança do pátio de manobra dessa ferrovia, em Rolândia, para a localidade de Ceboleiro.

A estrada de ferro, que já contribuiu muito com o desenvolvimento do norte do Paraná, hoje está atrapalhando o desenvolvimento de Rolândia. Os trilhos, na área central, prejudicam o rápido escoamento do trânsito de veículos, além de graves acidentes registrados constantemente.

O Vereador José de Paula Martins já requereu, e, a Câmara local aprovou idêntico pedido, que traduz uma antiga reivindicação dos moradores de Rolândia.

Temos convicção que o Sr. Secretário de Transportes encampando essa luta, os trilhos serão retirados do

centro da cidade, consagrando a vitória de uma luta muito justa e digna de ser atendida.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Nelson Garcia, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando-lhe viabilizar recursos no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para construção de barracão, visando atender reivindicação da Associação de Moradores e Produtores da Estrada Quati, no município de Jesuítas.

Uma comunidade inteira fixa-se na expectativa de ver atendido o seu pleito, que visa uma linha de ação concentrada na ampliação do emprego, da cidadania e da solidariedade para o conjunto de moradores, objetivando gerar trabalho, agregar valores aos que produzem, gerar renda e emprego.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente para o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, solicitando providências para viabilizar dragagem e recuperação dos rios Palmital, Atuba e Iraí, que passam pelo município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Os rios necessitam de intervenção para desassoreamento e recuperação das margens e da mata ciliar.

Na situação em que se encontram causam alagamentos, prejudicando inúmeras famílias.

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Sr. Hélio Derene, Diretor da Polícia Rodoviária Federal, a reativação da equipe tática da 2ª Delegacia da 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, sediada em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A população que vive e transita naquela região sente-se insegura, já que os assaltos a postos de gasolina,

o tráfico de drogas e de armas, o roubo de cargas, a prostituição e a criminalidade em geral aumentaram após a desativação da mesma, ocorrida no final do ano de 2006.

Cabe ressaltar que a região está entre as 3 (três) cidades do Brasil com maior índice de roubo de cargas.

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Haddad, DD. Ministro da Educação, no sentido de determinar a instalação do Centro Federal de Educação e Tecnologia - CEFET, no município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejamos solicitar de S. Exa. o Sr. Ministro da Educação Dr. Fernando Haddad, determinar aos órgãos competentes para a instalação do Centro Federal de Educação e Tecnologia - CEFET, no município de Telêmaco Borba, neste estado do Paraná.

Trata-se Sr. Ministro, de município com 65 mil habitantes, com as maiores indústrias do Paraná, especialmente com o ramo papelero, como a indústria Klabin, uma das maiores do Brasil, entre outras.

Com a instalação do CEFET, além de atender o município de Telêmaco Borba, atenderá também outros municípios da região.

No aguardo de uma resposta favorável que o assunto merece agradecemos com renovação, de expressões de respeito e consideração.

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Tarso Genro, DD. Ministro da Justiça, solicitando determinar a instalação de uma Delegacia da Polícia Federal no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejamos solicitar de S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça DD. Tarso Genro, determinar aos órgãos competentes a instalação de uma Delegacia de Polícia Federal no município de Ponta Grossa.

Sr. Ministro, necessitamos reduzir o crime organizado e melhorar a escalada da violência. A instalação de uma Delegacia de Polícia Federal no município de Ponta Grossa abrangerá também outros municípios vizinhos, onde se concentram também os mais altos índices de roubos, furtos e assassinatos.

Sem dúvida, uma das maiores preocupações da família paranaense é a insegurança causada pela violên-

cia, ameaçando a família e corroendo o tecido social. E uma luta contra a violência deve ser uma de nossas ações prioritárias, dentre o propósito maior de garantir os direitos fundamentais da pessoa humana.

Pensamos que o enfrentamento da crescente criminalidade deve ultrapassar os limites da palavra para ingressar no campo da atitude. É por meio da vontade e de atitudes firmes que promoveremos ações eficazes no combate ao crime. Na luta pela segurança pública não devemos conhecer fronteiras, pois encaramos a criminalidade com a mais absoluta repugnância.

A nosso ver não existe tolerância possível para com o crime e a violência. Menos ainda para com a impunidade. Podemos afirmar ser a Polícia Federal a alma *mater* da nação. Nela se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia, de ordem e de disciplina.

No aguardo de uma resposta favorável com a urgência que o assunto merece, agradecemos renovando expressões de respeito e consideração.

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar a instalação de uma Delegacia Antitóxico no município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejamos solicitar a S. Exa. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, determinar uma Delegacia Antitóxico no município de Telêmaco Borba.

Trata-se de município com 65 mil habitantes, com uma das maiores indústrias do estado do Paraná, especialmente no ramo papelheiro, como a indústria Klabin.

Sr. Secretário, as raízes da violência estão plantadas na exclusão social. Por esta razão é que necessitamos a instalação de uma Delegacia Antitóxico, cujo atendimento atenderá também outros municípios vizinhos. No aguardo de uma resposta favorável, renovamos expressões de respeito e consideração.

REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal André Luiz Vargas Ilario, solicitando a gentileza em acompanhar os requerimentos que

encaminhamos nesta data ao Exmo. Sr. Tarso Genro, DD. Ministro da Justiça e ao Dr. Fernando Haddad, DD. Ministro da Educação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nobre Sr. Deputado, encaminhamos nesta data, requerimento ao Exmo. Sr. Dr. Tarso Genro, DD. Ministro da Justiça, solicitando seja instalada, no município de Ponta Grossa, uma Delegacia de Polícia Federal, bem como ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Haddad, DD. Ministro da Educação, solicitando seja determinada a instalação do Centro Federal de Educação Tecnológico - CEFET, no município de Telêmaco Borba.

REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente:

Requer informações à Secretaria de Estado da Saúde para que responda aos seguintes questionamentos:

1 - Qual o número de Autorizações de Internamento Hospitalar (AIHs) dos 26 municípios da região metropolitana de Curitiba?

2 - Quantas dessas AIHs estão alocadas nos respectivos municípios e quantas são “flutuantes” ou pactuadas com outros municípios?

3 - Qual o critério utilizado na distribuição das AIHs “flutuantes”?

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias para que sejam esclarecidos alguns pontos relativos a este tipo de autorização.

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente:

Requer informações à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, para que responda ao seguinte questionamento:

1 - Qual o andamento dado, por esta Secretaria, aos repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano ao município de Curitiba, suspenso em setembro de 2006?

2 - O que motivou tal decisão?

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento se faz pertinente em razão de informações que dão conta da suspensão dos repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano ao município de Curitiba, desde setembro de 2006.

Destaque-se que tais valores são fundamentais para o município pois vários projetos dependem destes recursos, tais como pavimentação de ruas nos bairros, implantação de anel viário e recuperação de avenidas.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 282/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O governo do estado submeterá à apreciação prévia da Assembléia Legislativa reajustes de tarifas de energia elétrica, água e esgoto, pedágio e passagens de ônibus intermunicipal.

Art. 2° Fica estabelecido que o governo do estado encaminhará a planilha de custo, para que seja analisada por esta Casa de Leis a necessidade ou não do aumento pleiteado.

Art. 3° Esta Casa de Leis poderá alterar, para menos, os índices de reajuste encaminhados pelo governo do estado.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Existem algumas agências, com sede em Brasília, que fixam o limite de aumento de tarifa de vários serviços públicos. Fixam o limite de reajuste, não significando que os governos estaduais sejam obrigados a alterar as tarifas. Eles podem, inclusive, fazer correções abaixo do limite estabelecido por essas agências, ou até mesmo não efetuar nenhum aumento.

O presente projeto, se aprovado, vai dividir responsabilidades das autoridades do governo estadual com os Deputados estaduais. A população paranaense será a grande beneficiada com a aprovação deste projeto, pois cada reajuste será amplamente debatido e, se autorizado pelo legislativo, certamente será em níveis que não sacrifiquem os paranaenses, caso contrário, o Parlamentar se desgastará com sua base de sustentação política.

Registre-se que, há muitos anos, a população de nosso estado é surpreendida com notícias de aumento de tarifas públicas que, quase sempre, são implantadas de imediato, como ocorre, principalmente, com os ônibus das linhas intermunicipais. Com este projeto tornando-se lei, essas surpresas desagradáveis terão um fim.

PROJETO DE LEI N° 283/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo a implantar a Delegacia da Mulher, no Alto Maracanã, município de Colombo.

Art. 2° Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha), visando proporcionar uma política pública e gratuita para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, proporcionando ações onde o Estado cumpre com o seu papel e assegurando o direito a assistência à mulher em situação de violência, se faz necessário a implantação no Alto Maracanã, no município de Colombo, por ser uma região que cresceu muito em população e com alto índice de violência contra a mulher e não tendo, como indica a lei, uma assistência própria e com estrutura definida conforme a complexidade, como a integração de atendimento multidisciplinar realizado por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

PROJETO DE LEI N° 284/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova/PR, com sede no município de Balsa Nova/PR.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova é uma entidade civil constituída para fins não econômicos, e que tem por finalidade congregar e orientar as classes produtoras do município de Balsa Nova/PR.

A Associação representa e defende seus associados perante os poderes públicos, incentiva o espírito de solidariedade entre as classes econômicas, promove estudos que visem o desenvolvimento da indústria, do comércio, da lavoura e serviços na cidade e na região, proporciona a todos os associados assistência jurídica e promove ações que possibilitem a melhoria de desempenho de seus associados através de seminários, treinamentos, palestras, feiras e informações.

Desta forma, tendo em vista o preenchimento dos requisitos legais e a relevância da Associação para o desenvolvimento do município de Balsa Nova, finalizamos certos do apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei estadual.

PROJETO DE LEI Nº 285/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Familiar Rural, com sede na comunidade de Bela União, município de Enéas Marques/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa Familiar Rural, com sede na comunidade de Bela União, município de Enéas Marques/PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e de caráter familiar.

A Associação tem por finalidade promover a gestão administrativa, financeira, social, educacional, moral e espiritual da Casa Familiar Rural; adquirir, alugar e conveniar locais necessários à realização de projetos de interesse da Associação; congregar os pais dos jovens, sócios e colaboradores em prol da Associação; promover eventos que possibilitem a obtenção de recursos para a manutenção da Casa Familiar Rural e participar de atividades de interesse da mesma.

Desta forma, tendo em vista o preenchimento dos requisitos legais e a relevância da Associação para a Casa Familiar Rural da comunidade de Bela Vista, finalizamos certos do apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei estadual.

PROJETO DE LEI Nº 286/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, para sua alíquota mínima no Estado do Paraná, a ser aplicada sobre as contas de energia elétrica e telefônica das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos, localizados no território paranaense.

Parágrafo Único. As entidades assim definidas em seus estatutos, deverão possuir o Certificado de Entidade Beneficente, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

É absolutamente relevante o serviço prestado por estas instituições filantrópicas, na área da saúde, e tam-

bém é notória a dificuldade na administração e gestão de recursos nestas entidades.

Logo não será impactante tal redução, que afetará aproximadamente 100 hospitais desse gênero e os benefícios são incontáveis, vez que se estará investindo na saúde do Paraná pois possibilitará mais investimentos diretos na saúde.

PROJETO DE LEI Nº 287/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a Santa Casa de Misericórdia e com a Universidade Estadual de Maringá, (UEM), para que os alunos da Universidade Estadual de Maringá prestem residência na Santa Casa de Misericórdia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada visa firmar convênio com a Santa Casa de Misericórdia e com a Universidade Estadual de Maringá, para que os alunos da Universidade Estadual de Maringá prestem residência na Santa Casa de Misericórdia.

Através da aprovação deste projeto de lei, o médico recém-formado encontrará uma opção a mais para aprimorar a sua profissão.

Lembrando que o benefício também será para toda a população, pois a melhor qualificação do profissional, contribui diretamente para a melhoria no atendimento do cidadão.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 288/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Joaquim Romero Fontes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Aos 89 anos de idade, olhando para tudo aquilo que construiu com muito trabalho, fé e determinação, bem que Joaquim Romero Fontes, agropecuarista e uma das principais lideranças rurais da região de Maringá,

poderia passar os dias desfrutando os resultados de seu trabalho. Se optasse, poderia ficar viajando pelo mundo, conhecendo lugares históricos, ou à beira-mar, colocando em prática o ditado italiano “é doce fazer nada”.

Mas, movido a desafios, irrequieto, com uma saúde invejável e sempre disposto a começar novos projetos, esse paulista de Taquaritinga, nascido em 23 de junho de 1916, detesta melancolia e imobilismo. O marido de dona Luísa, com quem teve dois filhos (Miguel Martos e Luiza) e oito netos, sabe que a inércia é o começo do fim.

Não foi por acaso que no ano passado, assumiu a presidência da Sociedade Rural de Maringá. Comandou em maio uma das Expoingá mais movimentada. Além de suas atividades como agropecuarista, encontra tempo para participar ativamente de diversas entidades: Lions Clube, CTG Rincão Verde, Clube Hípico, Centro Português, Maringá Clube, Country Clube, Grêmio de Esportes Maringá, Sindicato Rural de Maringá.

Não tem jeito. Esse incansável personagem sabe que as adversidades não tornam os homens nem melhores, nem piores. Apenas revelam-nos como são. E assim tem sido sua vida. “Seo” Joaquim começou a trabalhar aos 10 anos recebendo meio salário e já aos 14 anos, passou a receber o salário completo.

Durante a semana trabalhava com os pais, inclusive sábado, na lida da lavoura e pequenos animais. No domingo, capinava seu próprio algodão, alho e cebola. Ele não esconde não ter tido infância e nem juventude. Seus amigos eram todos pessoas adultas. Para vender seus produtos levantava a uma hora da manhã e andava dez quilômetros a pé, para fazer a feira aos domingos.

Ao se casar com dona Luísa, sua poupança, para a época, era respeitável: quatro contos de réis. Com os olhos marejados ele confessa jamais ter freqüentado um só dia de aula. Agora, na terceira fase da vida, reconhece que poderia ter estudado. Mas, se formou na universidade da vida. Sempre viveu somente para o trabalho.

É filho de Manuel Fuentes Puerta e Joana Romero Cabrera, sangue espanhol, ainda muito jovem, montou um comércio de cereais com 7 contos de réis. Comerciante nato, o primeiro lote de 30 sacas de arroz compradas em Rio Preto foi vendido no mesmo dia em Taquaritinga.

Empreendedor num tempo em que esta palavra praticamente nem existia, Joaquim Romero conheceu Maringá em 1941. Seu interesse foi em adquirir terras para o plantio de café.

Naquela época ainda não existia nada de cidade, somente a serraria da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, na saída para Paranaíba.

Foi amor à primeira vista entre este paulista e o solo roxo paranaense.

A família, inicialmente, resistiu muito porque tinha medo da geada sobre o café, cultura em que os Fontes investiram ao se radicar aqui.

Finalmente, em 1949, juntamente com seu pai, “seo” Joaquim o convenceu a vir até Maringá. Por sua família, os Fontes jamais deixariam o interior paulista. O primeiro investimento foi a compra de 50 alqueires na estrada Guaiapó, com 30 mil pés de café, que era de propriedade da família Petralia.

As primeiras famílias a conhecer ao chegar em Maringá foram: Família Schiavone, Família Peralta, Família Ribeiro, Ângelo Planas, Napoleão Moreira da Silva e família Odwaldo Bueno Neto.

2.000 famílias na colheita

Na primeira colheita de café, a previsão era colher 4.000 sacas. A produção final excedeu a 5.000 sacas. A segunda colheita foi melhor ainda.

Tão logo se estabilizou em Maringá, voltou a Taquaritinga para buscar todos os irmãos e comprou 10 alqueires de terra para cada um, onde plantou 15 mil pés de café em cada lote, não esquecendo - é claro - de seu pai.

As colheitas seguintes foram excelentes. Chegou a ter 11 propriedades com café. A produção total chegou a dois milhões de pés de café, tendo em um ano colhido mais de 400 mil sacas de café. Em época de colheita, os Fontes chegaram a contratar duas mil famílias.

Fundou, em companhia de pecuaristas, a Sociedade Rural de Maringá, no dia 17 de julho de 1979. É o associado nº 1, tendo sido o primeiro Presidente da Sociedade, cargo que ocupa na atualidade.

Também participou da fundação da COCAMAR em 27 de março de 1963, sendo o associado nº 2.

Também foi presidente do Clube Hípico de Maringá por dois mandatos. Nesse período construiu a sede e o salão de jogos que ainda existem nos dias de hoje.

Cidadão participante em todas as áreas, fez parte como Tesoureiro da comissão nomeada pelo então arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, para reinício das obras da catedral, onde dedicou-se integralmente na construção, incluindo a colocação da cruz no topo da construção, dez dias antes da data prevista. Pioneiros, como Ênio Pepino, famílias Schiavone, Barros e outras, lideradas pelo então prefeito Adriano Valente, contribuíram para erguer o maior símbolo religioso católico da América do Sul que com a cruz mede 124 metros de altura.

O mais recente desafio, na presidência da Sociedade Rural de Maringá, é café pequeno para o “seo” Joaquim. Esse incansável personagem sabe que a adversidade desperta em nós capacidades que, em circunstâncias favoráveis, teriam ficado adormecidas. Então aceitou o desafio e por certo vencerá mais uma vez.

Martin Luther King Jr., afirma: “A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”

Por essas razões peço apoio dos demais Parlamentares para a aprovação do presente.

PROJETO DE LEI N° 289/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Sociais e Ecológicas, com sede e foro nesta capital.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Sociais e Ecológicas, com sede e foro nesta capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal promover e defender ações ecológicas e sociais, incrementando a cultura social dos associados, mediante realização de debates, conferências, reuniões, cursos e congressos que tratem de assuntos ligados a ações voltadas para a preservação ambiental e social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no dia de hoje por duas razões: a primeira para comunicar a esta Casa que realizamos na quinta e sexta-feira em Sarandi, cidade ao lado de Maringá, o 5° Fórum do FUNDEB. Estivemos na parte da manhã, conversando com o Vice-Prefeito de Maringá por conta da situação que há algum tempo atrás já havíamos comunicado à esta Casa: do inquérito que corre naquela cidade e que, entre outras situações, prevê a exoneração dos 32 funcionários que foram identificados como sendo os funcionários da prefeitura municipal que estiveram frente à greve ocorrida no ano que passou.

Solicitamos ao Vice-Prefeito que qualquer decisão que fosse tomada, que se levasse em conta algumas ponderações feitas por diversas pessoas que estavam nesse dia compondo uma comissão para negociar com o Vice-Prefeito, que havia assumido no lugar do Prefeito Silvio Bastos, que retornou já nesta semana. E solicitamos que não houvessem as exonerações, em função da situação específica que foi aquela greve, principalmente em função do desgaste que essas pessoas também já sofreram.

Pedimos ao Vice-Prefeito que qualquer decisão que fosse tomada fosse precedida de uma reunião com

todas as partes interessadas para que possamos, Deputado Péricles - o senhor que já foi Prefeito sabe que muitas vezes os conflitos ocorrem e tomam proporções que não são exatamente aquelas que se propunha e se previa no início - nós solicitamos que qualquer decisão seja precedida de uma ampla reunião com diversos setores que estão envolvidos. Digo isso, porque me parece que a Deputada Cida Borghetti já intercedeu numa das vezes, justamente para que evitássemos o confronto e o conflito. Nós também o fizemos. Estive em Maringá, retornei nessa quinta-feira justamente com esse intuito. No dia de amanhã foi solicitado que houvesse essa Comissão, que seja ouvida, seja escutada e que esteja amanhã também em Maringá para podermos, junto com o Prefeito Silvio Barros, encontrar uma solução.

Continuo dizendo que para nós a demissão de 4 servidores de 16, 28 ou 32 que são os números que em princípio foram especulados, se dá praticamente com o mesmo desgaste e com o mesmo problema, porque entre os 4, entre os 28 ou 32 estão aqueles que diretamente participaram da mobilização. Estão o Presidente, no caso a Presidente, e Diretores do sindicato, entre os servidores que se envolveram no processo e certamente estão pessoas que num primeiro momento tiveram uma leitura de como deveriam se conduzir. Se esta leitura foi equivocada ou não, não cabe a este Deputado fazer juízo de valor, mas sem dúvida nenhuma cabe a nós buscarmos, como tenho insistentemente dito, aqui desta tribuna, buscarmos soluções para que os conflitos do século XXI sejam resolvido à luz do século XXI, e não com os mecanismos e da forma como eram resolvidos em tempos anteriores.

Então, espero, Sr. Presidente, Sra. Deputada Cida Borghetti, e lhe pediria para que estivesse junto neste processo de negociação que estamos buscando fazer junto com o Prefeito Silvio Barros, porque me parece que é fundamental que tenhamos uma solução negociada, que tenhamos uma solução que possa, de alguma forma, trazer o conforto aos servidores, à prefeitura - uso do horário destinado à Liderança do PT - me parece que situações como estas devem ser resolvidas, e é isto o que estamos buscando sempre, resolvidas à luz da razão.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

Espero que possamos fazê-lo, se não no dia de amanhã, nos próximos dias. Sei que o Deputado Silvio Barros também está intercedendo para que também tenhamos uma solução que pacifique todas as postulações que hoje ocorrem junto aos servidores públicos do município de Maringá e espero que tenhamos, de fato, uma solução a contento.

Outro assunto que me traz aqui ainda é consequência do que na quarta-feira eu e mais diversos Deputados, Deputado Belinati, Deputado Jocelito Canto, nos mostrávamos preocupados, assim como também o Líder do

PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, com um possível desconto que ocorreria em função desta situação que hoje temos no estado do Paraná, com relação aos servidores da saúde.

Pois bem, este desconto ocorreu na forma de 2 dias de trabalho. Há, hoje, um acirramento de posições. Eu continuo insistindo, em nome do meu partido, em meu nome pessoal, que temos - esta Casa - tem que buscar um caminho que não seja o confronto. Sugerimos na quarta-feira, obviamente não foi possível na quinta e sexta o desdobramento da sugestão, até porque na quinta e sexta-feira não tivemos Sessões aqui na Assembléia Legislativa, na quinta como é de costume, mas na sexta não há, e estamos aguardando que constituamos uma comissão para podermos, junto a diversas autoridades do estado, termos uma solução, porque o desconto feito na folha dos servidores, inclusive Deputado Pugliesi, traz uma situação que é absolutamente ilegal, porque o desconto está sendo feito com base na desautorização das 30 horas, ou seja, por terem os funcionários, por terem servidores feito 30 horas, à revelia daquilo que entende o governo, que seriam as 40 horas da jornada de trabalho, estariam sendo descontadas.

Acontece que temos alguns servidores que têm leis específicas ou uma lei específica, se não estou enganado, é a Lei nº 3999. Gostaria, inclusive, que me fosse dado o número correto da lei. É o caso dos médicos, que têm jornada específica de 20 horas, radiologistas, operadores de equipamentos, odontólogos, todos eles tiveram desconto.

Então, não há sentido em vermos o que está acontecendo e ficarmos silenciosos. Porque vejam, tivemos um desconto que não se limitou - embora muito grave - àqueles servidores que estão fazendo 30 horas. Nós tivemos descontos, também, daqueles servidores que por lei, e uma das Coordenadoras do sindicato estava me passando que é a Lei nº 3999, de 1961. Por lei, já tem legislação federal. O governo do estado do Paraná, num ato equivocado, impensado, fez o desconto mesmo daqueles servidores que têm leis federais ou, no caso, a lei federal que os ampara.

Quero crer que vamos ter, com a máxima urgência, que compor essa comissão, Deputado Dobrandino. Volto a insistir que o senhor foi um dos grandes postulantes para que pudessémos ter uma solução negociada. Que tenhamos uma comissão desta Assembléia Legislativa que envolva todos os partidos e, por meio desta comissão, busquemos qual é a melhor forma de termos uma solução negociada, porque é certo que se tivermos 2 dias descontados nesse primeiro mês, esse desconto vai avançar nos meses seguintes. É certo, também, que esse desconto aumentando ou continuando nos meses seguintes, esta Casa tem que se posicionar.

Deputado Rossoni, na quarta-feira, eu dizia que nós tínhamos um histórico de um projeto de lei de 30 horas. Falei com o Deputado Zucchinho, falei com vários Deputados de todos os partidos, do Partido dos Trabalhadores, do PMDB, do PSDB, do PDT, de todos os parti-

dos, falei com o Deputado Praczyk, com a Deputada Rosane.

O projeto de 30 horas, se assim entender esta Assembléia, é uma das alternativas que poderemos ter. Volto a dizer que, no meu entendimento, não é a alternativa que teríamos que lançar mão inicialmente. O ideal para nós é que esse processo fosse resolvido de forma negociável. Se não for possível, é claro que não podemos abrir mão, ainda assim, de buscar uma negociação, mesmo que seja, Deputada Rosane, a senhora que é da área da saúde, é enfermeira, mesmo que seja para um projeto de lei amparado por esta Casa. O que não podemos ter é a continuidade de um confronto que só tende a aumentar, a criar mais constrangimento e, naturalmente, tende a trazer aos servidores e a toda população soluções que não são aquelas que todos nós estamos buscando.

Por último, Sr. Presidente, apenas um registro que acho que é necessário ser feito. Peço licença ao meu partido, porque deveria fazê-lo no horário de Explicações Pessoais, mas eu não quero perder o momento, que é o belíssimo resultado que tivemos, na tarde de ontem, depois de 9 anos, que foi o 3 x 1 do Paraná sobre o Atlético. Há nove anos, Deputado Curi, nós vínhamos sofrendo na Baixada e, depois de 5 derrotas seguidas, finalmente se fez justiça e o Paraná está na final do campeonato paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

A pedido do Deputado Péricles de Mello, com muito prazer, passamos a palavra ao Presidente do Sindicato, do SENGE no Paraná, o engenheiro Ulisses Kaniak.

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, agradecer à Mesa da Casa, por esta oportunidade, no mês em que se comemora 40 anos em vigor do salário-mínimo profissional dos engenheiros, arquitetos, químicos e outros profissionais, de receber o Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná para falar sobre essa importante conquista, os problemas que existem, ainda, no Brasil, infelizmente.

Hoje pela manhã tivemos uma Audiência Pública onde foi debatida, em profundidade, a questão relativa ao salário-mínimo profissional. O engenheiro Ulisses vai colocar para os Srs. Deputados as questões que envolvem essa importante conquista da categoria.

Passo a palavra ao engenheiro Ulisses.

Engenheiro Ulisses Kaniak (Presidente do SENGE)

O SR. ULISSES KANIAK

Obrigado, Deputado Nelson Justus, obrigado Deputado Péricles por ter acolhido tão carinhosamente nosso pedido, o senhor que é membro da nossa base como engenheiro. Também representada a nossa base aqui pelo Deputado Strapasson e pelo Deputado Zucchi.

O motivo que nos traz aqui hoje, é corporativo. Tratar da lei que institui o piso profissional, salário-mínimo profissional, para as carreiras de engenheiro, arquiteto, agrônomo, químico e veterinário. Estou aqui como porta-voz de todas essas categorias. Tenho a honra de poder representar aqui também o CREA-PR, o Sindicato dos Arquitetos, Sindicato dos Médicos Veterinários e o Conselho Regional de Medicina Veterinária. Então, em nome dessas entidades que estamos aqui para trazer esta questão à sociedade.

A Lei nº 4950-A foi instituída no dia 22 de abril de 1966, portanto, há 41 anos. Esta lei foi proposta pelo Deputado Almino Afonso na época, que no momento em que foi votada, estava exilado. Era uma época de ditadura militar e o Congresso na verdade “peitou” essa lei, porque após receber o veto presidencial, ela voltou ao Congresso e foi ainda assim sancionada. Foi uma atitude de coragem dos Parlamentares brasileiros na época em fazer valer uma lei que valorizasse esses profissionais tão importantes para o desenvolvimento de uma nação, que atuam em áreas de extrema importância, que têm que ser muito capacitados para fazer valer políticas públicas de desenvolvimento e infra-estrutura do nosso país.

O material que os senhores receberam contém uma cartilha que foi editada no ano passado em comemoração aos 40 anos da lei, que coloca alguns aspectos importantes, além da própria lei. E também contém um texto do cientista político César Benjamim, chamado “A Engenharia e o Desenvolvimento”, que coloca a questão muito ampla, a importância das nossas profissões para o desenvolvimento do país.

Quando a lei foi criada vivíamos uma época de muito crescimento no país. E esse crescimento exigia obras vultosas, grandes obras de infra-estrutura, para as quais, como não podia deixar de ser, esses profissionais, todos abrangidos pela lei, tinham que estar presentes para projetá-las e executá-las. Durante cerca de 20 anos, com o país nessa fase de crescimento, essas profissões foram muito bem valorizadas. Inclusive, o salário-mínimo profissional estava aquém e esses profissionais recém-formados já recebiam, dada a intensa procura por eles. Essas profissões são diretamente ligadas ao desenvolvimento de um país e ao progresso de uma comunidade qualquer, seja ela um bairro, um município, estado ou nação e ao bem-estar de seus habitantes.

Pois bem, em meados da década de 80, a estagnação de desenvolvimento que o país viveu também provocou a desaceleração das grandes obras de infra-estrutura

e com isso a desvalorização do trabalho daqueles profissionais.

Mas, ao mesmo tempo, o poder aquisitivo da classe trabalhadora como um todo caiu. Todos sabem os dados históricos do salário-mínimo e o quanto se perdeu de poder aquisitivo. Pois bem, nosso piso profissional é baseado no salário-mínimo. Então também perdemos, porém, por estarem em patamares baixos, as empresas não se incomodavam até em pagar esse valor, que não eram valores de grande monta.

De uma década para cá, o salário-mínimo recuperou o seu poder aquisitivo, sucessivamente, anos e anos com índices acima da inflação, para reposição deste. Dessa forma o nosso salário também profissional cresceu junto. A lei institui para 6 horas trabalhadas e que o salário seja no mínimo 6 salários-mínimos para esses profissionais. Horas subsequentes são acrescidas, de forma que para um expediente de 8 horas diárias, um trabalhador dessas categorias receberá 9 salários-mínimos.

O que aconteceu com a base do salário-mínimo foi que muitas empresas, ou deixaram de cumprir a lei, ou passaram a usar subterfúgios, como por exemplo contratar profissionais com exigência de registro no Conselho e com exigência do diploma, é claro, de um curso desses, considerando a carteira de trabalho com outro cargo ou outra função, como analista ou qualquer coisa que maquiasses o papel que ele exercia nessa empresa.

Com isso, passamos muito trabalho, especialmente nos últimos 3 anos, os sindicatos têm sido muito procurados por esses profissionais, especialmente aqueles que têm menos tempo de casa nas empresas ou no serviço público, que não têm recebido o que lhes é devido por lei.

Os sindicatos têm tomado ações e têm tido muitas conversas e diálogos com as empresas, com o poder público também. No entanto, boa parte desse diálogo é infrutífera e partimos para a via judicial. Não é essa a intenção. A intenção é fazer com que as pessoas, com que os administradores das empresas, os administradores públicos, sejam sensibilizados e entendam a necessidade de remunerar bem esses profissionais, porque remunerando bem, essas pessoas terão qualidade de vida, estarão contentes com o seu trabalho e executarão da melhor maneira possível suas funções, em especial, as funções públicas.

Temos dados do DIEESE, que fez um levantamento do trabalho formal dos profissionais ligados ao Sistema CONFEA/CREA, ou seja, engenheiros, arquitetos e agrônomos. Esses dados trazem alguns números interessantes, como por exemplo - agora vou falar os dados do nosso estado do Paraná - profissionais, aqueles que trabalham no setor público federal, 27% recebem salários iguais ou abaixo do salário-mínimo profissional; no setor público estadual 16%, no setor público municipal 65% recebem abaixo, em empresas estatais de economia mista 17%, em empresas privadas 41% e outras entidades sem fins lucrativos 57%. Ou seja, existem alguns pontos em que é mais latente isso.

É claro que devemos ressaltar o aspecto da lei - que é entendido assim pelo Poder Judiciário - que ela se aplica apenas a trabalhadores celetistas, ou seja, profissionais que atuam na administração pública direta, estatutários, não são abrangidos por essa lei. Mas, nem por isso as prefeituras, os estados e a união devem menosprezar esses trabalhadores, porque eles têm a mesma capacitação de qualquer outro que esteja na iniciativa privada, eles passaram pelo mesmo que eles passaram para chegar ao final dos seus cursos e, portanto, no nosso entender merecem o mesmo. Agora, é claro, não temos questões judiciais para tratar desse assunto, mesmo porque elas não caberiam. No entanto, é muito importante fazer chegar aqui à Assembléia que precisamos tratar essas questões, precisamos talvez de alterações nas leis estaduais para que no serviço público estadual e nos serviços públicos municipais também possamos ter profissionais valorizados e que dessa forma poderão se sentir bem naquele posto e não serão atraídos pela iniciativa privada - que eventualmente paga mais. Então, esses profissionais qualificados é que alavancarão o desenvolvimento dos municípios do estado.

Mesmo aqueles que são celetistas, infelizmente temos vários casos de não cumprimento da lei. É preciso ressaltar isso talvez aos Deputados aqui presentes, não só os da bancada de engenharia, mas para que todos possam nos ajudar com algumas questões. Por exemplo, estivemos na Câmara Municipal de Curitiba e levantamos lá a questão de profissionais da URBS, que é a maior empresa pública do município de Curitiba, que na questão fundamental, na engenharia da cidade, cerca de metade dos engenheiros e arquitetos dessa empresa recebem abaixo do piso, inclusive um pouco acima da metade - um valor muito longe. Apesar da sinalização da empresa que vai ter um plano de carreira e que isso vai contemplar esses profissionais, até agora não tivemos nenhuma ação efetiva no sentido de melhorar a remuneração dessas pessoas.

Também no governo do estado, hoje em dia a EMATER, por exemplo, é uma autarquia, mas antes de se tornar uma autarquia era uma empresa pública e até hoje os profissionais que estavam lá e que continuam, eles são celetistas, ou seja, a lei diz que eles devem receber piso profissional e, no entanto, temos ações já há alguns anos, quase há uma década, para tentar fazer valer isso na empresa e são profissionais extremamente capacitados, são os que fazem fomento agrícola por todo esse estado e deveriam ser melhor observados.

Também o TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná, para aqueles que estão com 1 ano, 2 anos de casa, concursos mais recentes, não está pagando o piso. E na iniciativa privada temos inúmeros casos e é um local onde é mais difícil de chegar, nós contamos com a colaboração do Conselho Regional que, em sua fiscalização periódica nessas empresas, nos traz alguns dados de descumprimentos e contamos, em uma parte menor, com os trabalhadores que nessas empresas se sentem mais inibi-

dos, se sentem até ameaçados pelo simples fato de entrar em contato com o sindicato.

Portanto, é necessário um esforço conjunto, não só das entidades aqui, mas de toda a sociedade, para fazer valer essa lei e valorizar esses profissionais tão ligados ao desenvolvimento de um país, tão ligados a todas as questões que envolvem políticas públicas, porque para se discutir conceitos em voga hoje, como o desenvolvimento sustentável, como o uso racional dos recursos ou o próprio conceito de cidadania, não tem como não passar pelas questões de habitação, saneamento, energia, telecomunicações, agricultura, segurança, alimentar. Todas essas áreas de atuação têm esses profissionais aqui representados, as pessoas que têm formação e capacidade para discutir, apresentar soluções e implementá-las.

É imprescindível que o serviço público conte em seus serviços com trabalhadores mais qualificados para fazer com que essas políticas públicas saiam do papel. Mas, para manter essa qualidade é preciso remunerá-los de maneira adequada, pois de outra maneira eles vão fazer outras coisas na vida inclusive, estavam até deixando a sua profissão, aquilo que se dedicaram tanto em seus estudos, seu início de vida profissional, para exercerem qualquer outra função que realmente remunere melhor.

É importante frisar que esse amparo legal da Lei nº 4950-A é dado, inclusive, em súmula do TST - Tribunal Superior do Trabalho, que reconhece o direito a que recebamos piso, no mínimo, o piso profissional.

Então, temos ações jurídicas contra várias empresas e, em algum momento, determinado pela demora ou não da Justiça do Trabalho, essas ações serão julgadas e com certeza absoluta nos darão provimento. Então, é preciso que hoje os empresários ou os administradores públicos pensem que quando descumprem a lei, na verdade estão criando um passivo trabalhista que depois vai ser pago muito mais do que se pagassem, no momento certo e no valor certo. Então, conclamo aqui os Deputados para que também entrem nesse esforço conjunto em prol da nossa valorização.

E, por último, agradecendo já pela atenção dispensada, gostaria de colocar à disposição e também colocar as demais entidades aqui representadas à disposição para que se esclareçam quaisquer dúvidas.

Presidente, acredito que tenhamos tempo ainda.

Então fico à disposição dos Deputados para quaisquer perguntas que tenham a fazer ou quaisquer colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Se algum Deputado quiser fazer uso da palavra, algum questionamento ao Presidente do SENGE, temos ainda 10 minutos.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Queria mais uma vez cumprimentar o engenheiro Ulisses Kaniak, está presente também aqui o Presidente

do CREA-PR, e outros profissionais representando as diversas categorias. Quero enaltecer a atitude do Presidente do SENGE, porque nós vivemos hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um momento de degradação profunda das condições de trabalho de todo mundo - está aí a economia chinesa com uma competição enorme, pagando salário muito pequeno a seus trabalhadores. Eu acho que mais do que nunca o mundo do trabalho precisa se unir, se congregar para defender os seus interesses.

Eu, quando fui Prefeito de Ponta Grossa, estabeleci o piso para esses profissionais seguindo a lei e eu acho que a Assembléia Legislativa poderia muito bem - nós temos a idéia, conversei hoje com os representantes das categorias - apresentar um projeto de lei a nível estadual para que possamos desta forma fazer com que tenha vigência no Paraná também a lei federal, porque infelizmente a lei federal, os estatutários se submetem a ela, mas se nós fizermos uma lei ao nível do nosso estado, podemos então fazer com que essa legislação federal se propague. Os engenheiros, arquitetos, médicos veterinários, agrônomos, são profissionais de mais alta importância social e se nós fizermos uma análise em órgãos públicos, por exemplo nas prefeituras, muitas prefeituras pagam baixíssimos salários para esses profissionais desqualificando o trabalho e depois acabam contratando, de forma terceirizada, grandes empresas de engenharia para fazer projetos de obras, projetos para a área de transporte, saneamento e assim por diante.

Acho que seria uma iniciativa inovadora que vem de acordo com o espírito do sindicato, do Ulisses Kaniak, dos demais profissionais, que a Assembléia do Paraná inovasse aprovando uma legislação neste sentido.

Parabéns Ulisses, parabéns aos demais profissionais aqui presentes, e pode contar sempre conosco e com a Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Apenas na mesma linha que o Deputado Péricles, acho que quando temos aqui a presença do SENGE e a presença do Ulisses, entendemos porque esse sindicato hoje é tão representativo e tão importante no estado do Paraná e para os trabalhadores do Paraná.

O SENGE foi, para aqueles que não lembram, Deputada Cida Borghetti e outros Deputados que não estavam aqui, mas que acompanharam, o SENGE foi um dos sindicatos que se não foi o mais importante, esteve certamente entre os mais importantes na luta contra a privatização da COPEL, uma luta que fez história e foi um marco no estado do Paraná nas lutas populares e principalmente nos deu um alento muito grande em relação ao movimento sindical.

Então, esta defesa que o senhor faz aqui, quero parabenizá-lo, parabenizar o Deputado Péricles pela lembrança, e como o Deputado Péricles falou o senhor pode contar conosco, porque naquilo que estiver dentro das nossas responsabilidades, nós estaremos do seu lado.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, queria agradecer ao Presidente do SENGE pelo gesto educado, cordial de ter vindo a esta Casa na tarde de hoje, saudar também o Presidente do CREA, e dizer do orgulho de poder ver o Presidente aqui. Pena que na segunda-feira os Deputados estão aí um tanto quanto agitados organizando a pauta da semana, mas a presença de V. Exa. aqui merece parabéns, é um Presidente aberto ao diálogo, e como pai até de um engenheiro civil, o Antonio Carlos Belinati, ex-Deputado desta Casa, engenheiro civil, dizer do orgulho que tenho dessa categoria, principalmente dos engenheiros do Paraná que na minha visão não perde nada para engenheiro de nenhum outro estado. Nós temos aqui uma categoria de absoluto primeiro mundo, uma categoria de gente competente, aguerrida. Pena que a situação econômica do país está atingindo em muito a profissão do engenheiro, porque à medida que falta dinheiro, à medida que tem recessão, fatalmente há uma morosidade, uma lentidão no ritmo da construção civil. Então perde o engenheiro, perde a empresa que vende o material de construção, perde o operário, perde a própria população de uma maneira geral, que vê dificultada a sua luta por uma qualidade de vida ainda melhor. Quero dar os parabéns ao Presidente do SENGE, dizer que o nosso voto é que outros segmentos também passem por esta Casa ou passem por outros segmentos da população dialogando, prestando contas, mostrando a importância de cada profissão, como fez com muita categoria.

Muito obrigado, Presidente, pelo seu gesto educado de ter vindo ao Poder Legislativo no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência agradece a presença do Dr. Ulisses, bem como do Presidente do CREA o Dr. Álvaro, o Dr. Paschoalin e o nosso eterno Vereador e amigo Borges dos Reis. A presença de V. Exas. é sempre muito importante nesta Casa. É um privilégio tê-los, aqui, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ULISSES KANIAK

Obrigado, Presidente, obrigado pela deferência dos Deputados, obrigado, Deputado Belinati. Na verdade, a cortesia é de vocês em nos receber aqui. Em nome de todas as entidades aqui representadas, agradeço a todos os Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná. Quero manifestar, Deputado Veneri, que é muito mais agradável estar aqui na Assembléia neste momento defendendo uma questão corporativa e desta maneira tranquila na tribuna, do que estar numa ocupação de Assembléia em prol da defesa de uma empresa pública do estado, que espero que nunca mais tenhamos que fazer. Porém, se for necessário, estaremos aqui novamente para isso.

Muito obrigado a todos.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da liderança do PMDB, com a palavra o Sr. Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro quero dizer da alegria de ver o sorriso do Alexandre Curi, do Ney Leprevost e do Fernando em função do 3 X 1 que eles levaram do Paraná.

Mas quero primeiro agradecer ao Líder do PMDB, Waldyr Pugliesi, pelo uso do horário do partido para falar sobre o escotismo. Hoje faz 100 anos que foi criado o movimento escoteiro no mundo. São 216 países que têm o movimento escoteiro, são mais de 30 milhões de pessoas envolvidas com o escotismo. E hoje se comemora 100 anos que Robert S. Baden Powell, conhecido como Baden Powell, fundou o movimento escoteiro na Inglaterra. E eu não podia deixar passar o dia 23 de abril, que é o Dia do Escoteiro, sem falar um pouquinho sobre esse movimento. O movimento escoteiro do qual eu já fiz parte, diria que faço parte, fui do Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga, aqui em Curitiba, durante 8 anos, fui escoteiro e fui sênior. É um movimento que faz com que o jovem aprenda princípios, cidadania, aprenda o dia-a-dia da cidade e do campo e principalmente ajuda a moldar o caráter do jovem. O escotismo é uma atividade onde a criança, o adolescente, o jovem participa, normalmente aos sábados, vai acampar, têm muita atividade ligada ao meio ambiente, mas principalmente o civismo é o ponto forte. O símbolo do escoteiro é a flor de lis e a mão levantada dessa forma que é: Deus, a pátria e o próximo e o maior protege o menor.

Acho que os princípios que o escotismo passa para a juventude são muito importantes, a nível de Brasil, a nível de mundo, por isso eu queria parabenizar o Movimento Escoteiro, a União dos Escoteiros do Brasil por 100 anos da criação do Movimento Escoteiro.

Quero também, Presidente Nelson Justus, lembrar que hoje às 18h no Correio de Curitiba será lançado, oficialmente, o selo comemorativo aos 100 anos do Movimento Escoteiro. Aqueles que quiserem participar, será na sede do Correio, aqui em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez o que nos traz à tribuna desta Casa no dia de hoje é a delicada situação em que se encontram alguns segmentos da saúde.

Hoje tive acesso a alguns documentos, Deputado Rossoni, V. Exa. também teve, que demonstra uma preocupação que esta Casa deverá ter, Dr. Batista, V. Exa. que é médico, em relação ao Instituto de Saúde do Estado do Paraná, uma preocupação muito grande. Nós ficamos surpresos a cada dia quando no próprio site do governo, transparência pública do estado, onde o governador carimbou como o melhor projeto de transparência do Brasil, lá se encontram as pérolas da saúde, lá se encontra o que foi feito na saúde nos últimos anos, mas o que mais me preocupa, Deputado Belinati, é por que o Instituto de Saúde do Paraná foi fechado tão rapidamente? Essa é uma preocupação que eu tenho! Um órgão que vinha atendendo a saúde, um órgão que vinha atendendo aos interesses da emergência, por que, de repente, o Instituto de Saúde do Paraná é fechado como se fecha um estabelecimento particular, do dia para a noite, rapidinho, sem prestar muitas contas a ninguém? Existe uma preocupação porque, recentemente, nesta Casa vi o SINDISAÚDE reclamar que o dinheiro da dengue foi devolvido ao governo federal. A Secretaria de Saúde do Estado não admite que devolveu mas alguém devolveu o dinheiro porque inclusive está na prestação de contas do instituto, nesse site do governo, a devolução de recursos da dengue ao governo federal.

Por outro lado, Srs. Deputados, quando falta recursos em algumas regiões, se vê o esbanjar de recursos públicos em outros determinados momentos e locais deste estado. O Hospital Regional do Litoral recebeu, de forma estranha, através dos plantonistas, mais de 5 milhões que foram repassados a médicos e com uma denúncia agravante. Há informação de que um médico, sem CRM, trabalhou e recebeu do governo lá no litoral do Paraná, e que um cirurgião dentista recebeu como médico também do Instituto de Saúde. Há mais uma preocupação: por que é que o estado repassou tantos recursos para plantonistas no litoral? Por que tanto recurso? Por que o Instituto de Saúde criou e fez um concurso em que um Diretor, que era comissionado, segundo denúncia do SINDISAÚDE, recebeu para fazer outros projetos dentro do hospital regional? Vem mais uma preocupação: há mais ou menos 15 anos, os servidores da saúde trabalham apenas 30 horas. Agora, para surpresa e para presente de 1º de maio, Dia do Trabalhador e principalmente trabalhador da saúde, ao que tudo indica, teremos um desconto de alguns dias nos servidores da saúde, para compensar as 30 horas e que seria uma espécie de punição àqueles servidores que há mais de 15 anos trabalham 30 horas, como determinam as organizações de saúde neste país e até internacionalmente.

É lamentável que um governo que é da Esquerda, feito para a Esquerda, que vira para a Esquerda, que não é do meio, não é do centro, mas é da Esquerda, queira no dia 1º de maio, dia máximo dos trabalhadores desse país,

entregar um diploma de desconto em folha de pagamento. Não sei se o governador sabe disso, ou se souber ou se alguém lhe comunicar, é preciso que no dia 1º se dê o verdadeiro respeito aos trabalhadores da saúde, que vêm levando nas costas este estado, que vêm submetendo-se a momentos difíceis e que estão sempre trabalhando e que agora vão receber um presente que não acho justo, diminuir os salários, em função das 30 horas. Acho um profundo erro do governo, se assim fizer dia 1º. Serão 6 mil servidores que trabalham diariamente e que se sentirão ofendidos com esse desconto. Será que vai ser o presente de 1º de maio para quem está cuidando da saúde do Paraná?

Para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós precisamos, Deputado Artagão Júnior, Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, na próxima Sessão vou solicitar informações à comissão sobre o Instituto de Saúde. Precisamos ver se essas denúncias apresentadas aqui pelo SINDISAÚDE são procedentes, denúncias sérias e o instituto foi fechado rapidamente e o que nos deixa preocupados, porque o instituto já teria uma condenação oferecida pela Justiça ou pelo Tribunal de Justiça. Então, precisamos olhar com atenção esse caso, porque esse caso envolve a saúde pública dos nossos filhos, netos, da nossa gente do Paraná que nos mandam a esta Casa para fazer leis. Como é difícil fazer leis e quando se fazem leis, às vezes não são colocadas em prática, só quando há interesse! Que possamos cumprir o segundo mandamento desta Casa, que é o mandamento da fiscalização, de acordo com o interesse do nosso povo.

Concedo o aparte ao Deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Quero aproveitar a oportunidade, e dizer que na última terça-feira, tivemos uma bela reunião da Comissão de Fiscalização. Lá nós tivemos a presença de 5 Deputados, conversamos e debatemos alguns assuntos de interesse do estado do Paraná.

Como Presidente da comissão, quero dizer que certamente o papel de fiscalização cabe muito bem a esta comissão. No entanto, a nossa única solicitação, e já o fizemos naquela reunião, é que toda e qualquer denúncia seja formalizada, seja colocada no papel. Certamente, a nossa comissão, uma vez deliberado em Plenário, fará sim o seu papel de investigar aquilo que precisar ser investigado, buscando encontrar as soluções para os problemas que ora surgem e que sempre são colocados nesta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Artagão Júnior, V. Exa., eu tenho certeza que vai tomar as providências. Já há uma denúncia pública do SINDISAÚDE, feita nesta Casa. No momento em que ela é proferida neste microfone, é proferida desta tribuna, ela passa a ser pública.

Vou querer as notas taquigráficas desse dia, para investigarmos o Instituto de Saúde do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, o Deputado Dr. Batista.

O SR. DR. BATISTA (PMN)

Sr. Presidente, quero registrar a presença do Prefeito Cide Spada, do município de Sarandi, que está nos visitando hoje e que muito nos honra com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo, Prefeito.

Ainda no Horário das Lideranças, PDT, PSDB, Democratas, PT, PP. A palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, estamos encaminhando a V. Exa., para esta Casa de Leis, inicialmente, como é natural, através de suas Comissões de Justiça e de Finanças, um projeto que visa tornar obrigatório, antes de o governo implantar qualquer aumento de tarifa pública no nosso estado, o governo dividir, sem pressa, a responsabilidade com esta Casa de Leis.

Isso porque o nosso sofrido povo, com o bolso quase sempre vazio, o nosso povo que vive permanentemente com a corda no pescoço, endividado, no momento em que o país está pobre, com pouco dinheiro circulando, quando tem salário de funcionário público que não sobe, há muitos anos, aliás, Presidente Nelson Justus, os servidores da Assembléia Legislativa, tem servidor que diz que está há mais de 10 anos sem receber um aumento de salário, 12 anos, 15 anos. Quero apelar, porque eu sei do coração do Presidente Nelson Justus, eu conheço o Presidente Nelson Justus há muitos anos. Já passou da hora, Sr. Presidente, de dar um aumento para essa meninada. Não estamos infringindo lei nenhuma. Como é possível um servidor da Assembléia Legislativa estar aí há 12, 13, 14, 15 anos, sem ter reajuste no seu salário?

Mas, o objetivo do meu pronunciamento - lógico que é dar força aos funcionários e funcionárias da Assembléia - é falar na população de um modo geral. O meu pronunciamento não é específico para a Casa, mas para a população de um modo geral.

De vez em quando acordamos de manhã, ligamos o rádio, abrimos o jornal e dá a notícia: "Passagem de ônibus intermunicipal sobe à meia-noite. Tarifa de água e esgoto sobe a partir de amanhã. Energia elétrica sobe a partir de amanhã. E o salário caminhando sempre mais devagar que uma tartaruga. Se fizer um concurso para ver quem está andando mais depressa entre o aumento do salário e a tartaruga, a tartaruga vai ganhar. Basta dizer alguns segmentos aqui no estado há 10, 12, 15 anos sem reajuste de salário.

Por isso o governo não deve ter pressa de ficar subindo a conta de água e luz do nosso povo. Não deve ter pressa de estar subindo a conta de energia elétrica do nosso povo, não deve ter pressa de estar subindo a passagem de ônibus intermunicipal que liga Curitiba as demais cidades e as demais cidades com Curitiba. O que nós estamos querendo é que o governo do Paraná sempre que receber pedido de aumento e entender que a COPEL está na hora de subir a conta de luz, na hora que entender que está na hora de a SANEPAR reajustar a tarifa de água e esgoto, na hora que entender que a passagem de ônibus está barata demais e precisa aumentar a passagem de ônibus antes de o governo surpreender à população, isso não é para este governo. É um projeto para eternizar, para servir de diretriz para todos os governos que vierem a governar o nosso estado.

O que queremos é que o governo, antes de implantar um aumento da tarifa do serviço público, encaminhe um pedido para esta Casa de Leis e aqui cada Deputado vai ter que botar a cara para bater. Cada Deputado vai ter que dizer se está a favor do povo, se acha que está barata a conta de luz, se está barata a conta de água e esgoto, a tarifa de ônibus. O Deputado vai ter que votar a favor do aumento, por um aumento menor ou até contra qualquer tipo de aumento. Isso caso o nosso projeto seja aprovado.

Existem agências reguladoras de tarifas públicas em Brasília. No entanto, é bom lembrar que essas agências que funcionam em Brasília, elas dizem e estabelecem qual é o máximo de aumento que o governo pode dar por telefone, qual é o máximo. Mas o governante pode não dar aumento nenhum por telefone.

Existe lá a empresa reguladora do serviço de energia elétrica, ela diz qual é o limite, qual é o máximo de aumento que um Governador poderá decretar na tarifa de energia elétrica. Se o Governador do Paraná entender que deva ser um aumento pequeno, ele pode dar um aumento pequeno ou pode não dar aumento nenhum. A Agência Reguladora de Preços, em Brasília, não obriga a aumentar a tarifa pública.

Portanto, Sr. Presidente, acho que é muito natural que o próprio governo do estado nos aplauda por essa iniciativa, porque vai dividir com o Palácio Iguaçu, vai dividir com o governo do estado a grande responsabilidade de chegar aqui e logo o Presidente está anunciando que teremos um painel eletrônico, o povo vai saber como cada Deputado está votando. É importante, antes da implantação de qualquer aumento na água, na luz, no transporte, termos aqui um amplo debate para analisar. O nosso projeto estabelece poderes para esta Casa determinar um aumento menor ou até não autorizar aumento nenhum.

Espero que esta Casa, em nome da sofrida economia popular, da sofrida economia do nosso povo que vive pendurado em contas e dívidas, que a nossa Casa dê essa grande colaboração ao povo do Paraná, para que esses aumentos do serviço público, no custo pago pelo povo, não tenham tanta pressa de sofrer majoração.

Para encerrar, quero prestar a solidariedade a todos os servidores e servidoras da área da saúde pública do Paraná, porque lamentavelmente nós vimos, tomamos conhecimento, não é que vão descontar, já estão descontando dos servidores da área da saúde daqueles que não estão cumprindo a jornada de 40 horas.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (aparte)

Deputado Belinati, quero lhe cumprimentar pela preocupação sobre o aumento de tarifas excessivas. Mas, quero lembrar que aqui no estado as tarifas da SANEPAR e da COPEL faz muito tempo que não têm aumento, inclusive, o governo do estado, foi o único estado que não acompanhou os aumentos. Então, o governo do estado tem tido, sim, uma preocupação muito grande de não deixar que aumentos abusivos aconteçam para a população do Paraná.

A sua preocupação, concordamos plenamente, mas, tem que se fazer justiça: este governo tem sido cauteloso com os aumentos. Inclusive o aumento da tarifa de ônibus interestadual, ou seja, entre o Paraná, quando é para sair o aumento o governo pede as planilhas e dificulta ao máximo os aumentos. Então, é preciso se fazer justiça: este governo tem tido preocupação para que não penalize a população com o aumento das tarifas.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Agradeço muito ao nobre Deputado Dobrandino, de quem sou grande admirador. Deputado Dobrandino, quero reforçar que nosso projeto é para o presente e para o futuro. Não sabemos quem vem depois para governar o Paraná. Então, haverá sempre uma diretriz, uma lei para estabelecer regras, para que o governo divida com os Deputados esta responsabilidade de dar ou não aumento nas tarifas públicas.

Encerro, Sr. Presidente, reafirmando nossa tristeza por este desconto que está sendo feito nos salários deste pessoal valoroso, operoso da área da saúde. Acho que isso é uma coisa de birra do Secretário da Saúde, é uma imposição do autoritarismo de uma pessoa que não está respeitando a Assembléia Legislativa. Tentou-se aqui, negociação, audiência, as portas foram fechadas e o Secretário vem, bate o pé e pisa em cima dos servidores da saúde. Eu acho que é uma derrota, eu diria ao Sr. Secretário. A longo prazo isto vai pegar muito mal na sua carreira. É uma judiação o que o Secretário da Saúde está fazendo: maltratando, judiando, pisando em cima de uma classe que merece respeito, que são as funcionárias e funcionários da saúde pública.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 067/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, sugerindo o aumento do efetivo da Polícia Militar para os municípios da região metropolitana de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 068/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a construção de cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Oscar Joseph D'Plácido e Silva, em Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 069/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo que seja incluído o bairro Fênix, de Pinhais, no plano de saneamento básico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 070/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo que seja criado um hospital regional no Vale da Ribeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 071/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo a compra imediata de equipamento de ultra-sonografia para o departamento de saúde do município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 072/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo que seja instalada uma Escola Estadual no Bairro Uberaba em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 073/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo que seja disponibilizada uma cancha poliesportiva coberta e melhorias para o Colégio Estadual Costa Viana, no município de São José dos Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 074/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo que seja asfaltada a estrada que liga os municípios de Tunas do Paraná a Cerro Azul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 149/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/07, que dispõe sobre estadualização, mediante incorporação, da Fundação Faculdades Luiz Meneguel, situada no município de Bandeirantes à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Mensagens).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que determina a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de governo, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 037/07

Art. 1º Fica modificada a redação dos artigos 6º e 7º do Projeto de Lei nº 037/07, que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Após a entrada em vigor da presente lei, esta será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 dias.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2011.”

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA, PROFESSOR LUIZÃO, LUIZ FERNANDES LITRO, WALDYR PUGLIESI e NEREU MOURA.

O projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o Dia Estadual da Conscientização e Prevenção de Intoxicações por Agrotóxicos (15 de agosto). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a ACIG - Associação Comercial e Empresarial de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa - ACIPG, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar. Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, recentemente, no início deste mandato, a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa chamou os 4 Deputados eleitos pelo município de Ponta Grossa e fez uma reunião pedindo aos Deputados que, a partir daquela data, trabalhassem por Ponta Grossa, unidos pela cidade, em favor da união, e que não houvesse discussões, que se pensasse na cidade. Que os Deputados, a partir daquele momento, assumissem um compromisso de trabalhar juntos pela cidade e, cada vez mais, unidos, para que a

cidade possa com os 4 Deputados, atingir a representação verdadeira e plena de 4 Srs. Legisladores eleitos pelo município de Ponta Grossa.

Em homenagem a isso, Sr. Presidente, como a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa foi a instituição que solicitou a união dos Srs. Deputados, fez os Deputados assinarem um documento, que eu não assinei, porque entendi que havia um documento colocado pela Associação Comercial de que era uma obrigação dos Deputados e a minha obrigação é com o povo inteiro do Paraná, eu não assinei o documento, naquela época, e disse que iria trabalhar pelos interesses de Ponta Grossa, do nosso povo.

Neste momento, Sr. Presidente, ao ver na pauta de hoje, no item nº 07, a 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 200/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação Comercial Industrial e Empresarial de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa, consultei ao Presidente da associação se o projeto havia sido encaminhado pela Associação Comercial e Industrial, para que todos os Deputados pudessem assinar esse compromisso, que é da associação, que pediu a união dos Deputados e que na hora em que a associação passava a ser utilidade pública, deveria ser constatada a presença dos 4 Deputados. O Presidente da associação disse-me que a iniciativa não foi da Associação Comercial e sim atitude isolada do Deputado Marcelo Rangel.

Em respeito àquele documento que não assinei, mas a intenção que é louvável do Deputado Marcelo Rangel, e que temos de assumir sempre aquele compromisso de trabalharmos unidos pelo bem de Ponta Grossa e pelo povo, venho a esta tribuna para dizer que voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação do Clube da 3ª Idade Santo Izidoro, no município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca de Catanduvas, Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que torna obrigatório, no ensino médio da rede pública estadual de ensino, o ensino de conteúdos sobre previdência social e privada. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/07, de 27/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 047/07

O Projeto de Lei nº 047/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, torna obrigatório, no ensino médio da rede pública estadual de ensino, o ensino de conteúdos sobre previdência social e privada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no artigo 26 *caput*, prescreve que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Como se observa, não há vedação à inclusão dos conteúdos sobre previdência social e privada, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Também não há invasão de competência do Poder Executivo Estadual, haja vista não tratar-se de competência exclusiva. O projeto de lei em questão, no artigo 2º, determina a regulamentação do Conselho Estadual de Educação, a quem cabe determinar a carga horária da disciplina. É preciso ainda salientar que Previdência Privada e Social podem ser considerados temas transversais, possuem nas Constituições Federal e Estadual o estatuto próprio e devem estar nos currículos do ensino médio como disciplinas por suas importantes contribuições na formação integral dos jovens.

O Brasil, o Paraná e os municípios só conseguirão desenvolvimento formando jovens com cultura sólida e é essencial este trabalho da Assembléia nessa mudança dos rumos da educação no Paraná. A cultura do europeu e do americano, nascido nos Estados Unidos, contempla, desde criança, a importância da poupança previdenciária e isto falta à nossa sociedade. É preciso que as crianças cresçam sabendo o que pode ser esperado da previdência social e o que deve ser obrigação de cada um em particular.

Apesar do parecer do Relator contemplar a iniciativa como privativa do Poder Executivo, trata-se de classificação equivocada, posto não se encaixar em nenhum dos incisos do artigo 67 da Constituição Estadual.

A jurisprudência citada também não se aplica ao caso, porque não há qualquer contrariedade entre a proposta de lei e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Em razão do exposto, emitimos voto em separado, favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 047/07.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
 VALDIR ROSSONI

Relator e autor do voto em separado

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 047/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 047/07, de autoria da eminente Deputada Cida Borghetti, visa instituir, no ensino médio

das escolas da rede pública de ensino do Paraná, conteúdos sobre previdência social.

Após análise da justificativa do referido projeto, bem como do voto em separado apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, que optou pela sua tramitação concluindo que não apresenta obstáculos de ordem constitucional, estando ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, emitimos parecer favorável.

Consideramos oportuno ressaltar a importância da introdução deste conteúdo no ensino médio das escolas públicas paranaenses, haja vista tratar-se de tema de mais alta importância nacional e de interesse indiscutível para as famílias.

Observe-se, aliás, que a proposta da nobre Parlamentar dará base legal ao estudo de algo que está claramente sedimentado em nossas Constituições, tanto na Federal quanto na Estadual.

Sala das Comissões, em 10.04.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
 EDGAR BUENO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/07, de autoria do Deputado Reni Pereira e outros, que obriga as empresas de telefonia fixa a discriminar informações sobre o consumo nas suas faturas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CDHCDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 135/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 135/07, de autoria do Deputado Reni Pereira e outros, tem por escopo tornar obrigatória a discriminação de informações sobre consumo nas faturas de telefonia fixa.

Fundamentação - Legitimidade

O presente projeto tem por intuito de obrigar as empresas de telefonia fixa a discriminar as informações sobre consumo nas faturas telefônicas. Verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar.

No caso em tela, observamos que conforme preceitos da CF, tem o estado competência concorrente para legislar sobre relações de consumo:

Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo.

Logo, a Constituição do Estado do Paraná confere tal prerrogativa à Assembléia por se tratar de matéria concorrente da Constituição Federal:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre

todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

A proposição em exame pretende defender mais um direito do consumidor, sendo, nesta ocasião, relativamente à garantia de transparência da prestação de serviços, desta forma, a Lei nº 9472/97 assim dispõe.

Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicação tem direito:

IV - à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços.

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador, a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente. Ademais, no que concerne a técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

Conclusão

Em razão do exposto e diante do ora analisado, em face da legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU NOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 135/07

P A R E C E R :

Considerações

Considerando, que o presente projeto de lei tem como objetivo tornar obrigatória a discriminação das informações sobre o consumo das faturas telefônicas fixa, buscando padronizar essa obrigatoriedade à todas as empresas; considerando, que o usuário tem direito à essas informações dos serviços, preços e tarifas; e finalmente, considerando que não altera para o estado qualquer forma de arrecadação, tanto no consumo como na produção; somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Reni Pereira.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 135/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Reni Pereira, o presente plano de lei dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de telefonia fixa em discriminar informações sobre o consumo nas suas faturas e dá outras providências.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, recebendo parecer favorável. Chamada esta Comissão de Defesa do Consu-

midor a opinar, conclui que: é direito dos consumidores o recebimento de informações precisas e detalhadas sobre a conta telefônica.

A falta de discriminação das ligações efetuadas, viola princípios básicos contidos no Código de Defesa do Consumidor, como os da transparência, boa-fé e informação.

O presente projeto em tela encontra amparo legal no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078/90, que em seu artigo 6º reza o seguinte:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Assim sendo, no âmbito desta comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 135/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Esta presidência com prazer anuncia a presença dos representantes da ACAMSOP 13, de Francisco Beltrão, Presidente Jandir Schneider, Vice Adair Machado e o Secretário Nilmar Rech. Sejam bem-vindos a esta Casa. A pedido do Deputado Augustinho Zucchi, devidamente registrado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 903, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk e demais Srs. Deputados, membros da bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Exa., embora seja visível o número de Parlamentares na bancada da Situação nesta Sessão, queria propor aos autores do requerimento para que pudessemos obter essas respostas através de um acordo de lideranças, na medida que possamos fornecer as informações solicitadas que são públicas, aos autores e à bancada da Oposição, reconhecendo que deve prevalecer um entendimento para se obter as informações que são requeridas pelos Srs. Parlamentares.

Por isso, proponho a retirada e o encaminhamento via liderança do governo. Apenas, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: há um prazo, salvo aqueles emergenciais, que temos de reconhecer o seguinte: entre a expedição do requerimento e pelo acordo que fizemos com a Casa Civil, o requerimento vai seguir à Casa Civil e a Casa

Civil manda ao órgão que tem de prestar a informação. Então, pediria a compreensão dos autores, quando houver esse acordo, que possamos ter uma certa flexibilidade, uma compreensão do prazo que não depende só da nossa boa vontade. Entre 15 e 30 dias, salvo os emergenciais.

Consulto os autores para que possamos encaminhar desta forma.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta ao Líder da Oposição.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, faço uma consulta à Mesa: depois de aprovado um requerimento, qual é o prazo que o governo tem para informar à Assembléia Legislativa?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O prazo é de 30 dias.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Romanelli, nós podemos concordar com V. Exa., mas se o governo puder informar antes do 30 dias, concordamos em retirar o requerimento, desde que sejam prestadas todas as informações constantes deste. V. Exa. assume esse compromisso?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Assumo o compromisso, mas faço uma ressalva em relação à questão do prazo, para depois não sermos desmentidos naquilo que afirmamos. Tenho pedido para ter as informações em 5 dias. Temos que reconhecer que entre ser protocolado e tramitar, tem um prazo para obter as informações. Peço essa questão para ficar claro e para não ser desleal e faltar com a verdade, aqui, nesta Casa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, concordamos em retirar esse requerimento e esperamos receber essas informações, no prazo de 30 dias, conforme o Líder do Governo disse. E lembrar ao Líder do Governo que retiramos o requerimento também e V. Exa. ficou de dar a informação para nós em 5 Sessões. Já passaram as 5 Sessões e eu lhe entrego mais uma vez o acordo que tínhamos feito: se não fossem prestadas as informações, nós iríamos apresentar, novamente, esse requerimento. V. Exa., inclusive, se comprometeu em aprovar o requerimento e espero receber a resposta. É de um outro que retiramos, Presidente, mas faz parte da discussão e que V. Exa. possa retirá-lo, caso contrário vamos apresentar esse aqui, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está estabelecido o acordo. A presidência acolhe. **Está retirado o requerimento em questão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Apenas para relatar ao nobre Deputado Elio Rusch, que as informações que ele necessita têm sido discutidas na Comissão de Constituição e Justiça. Tenho condições de oferecer essas informações, imediatamente, se for o caso, ao nobre Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Desde que as informações de forma oficial, por parte da Secretaria do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Requerimento nº 904, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 906, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 910, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 911, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 912 e 913, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 914, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 915, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 921, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 923 a 928 e 930, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 931, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 936 a 939, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 940, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 942, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 943 e 944, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Primeiro, requerer a V. Exa. que nos cedesse a sala para que fizéssemos, logo após a Sessão, uma reunião da bancada de Oposição.

Segundo, Sr. Presidente, como teremos essa reunião da bancada, gostaríamos de pedir a V. Exa. se já foi confirmada a vinda do Presidente da SANEPAR nesta quinta-feira ou não, porque é natural que alguns Parlamentares tenham compromissos e caso o Presidente venha, eles pretendem estar presentes na Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está realmente autorizado e por pouco tempo, porque imaginamos que muito em breve a liderança da Oposição tenha o seu gabinete terminado.

Está confirmada a presença do Dr. Stênio Jacob, como também do Dr. Pedro Henrique Xavier na Sessão de quinta-feira, às 10h00.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, como tenho feito através da liderança os acordos com os Parlamentares em relação aos pedidos de informações e como muitas das respostas temos entregado via liderança no gabinete, quero entregar aqui à Deputada Rosane um pedido de informações que ela fez referente a MINEROPAR, aqui da região metropolitana.

Então, só para comunicar à Casa que temos entregue esses pedidos de informações diretamente aos interessados, mas estou aqui divulgando esse caso específico da Deputada Rosane, até para que todos os Parlamentares possam tomar conhecimento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, hoje vou ser bem calmo. Na última quarta-feira questionei as informações que a Secretaria da Fazenda não nos havia prestado ainda e V. Exa. me pediu na quarta-feira que lhe informasse quais as indagações que havíamos feito naquela reunião e faço agora nesta Sessão, para que fique público e para que fique registrado nas notas taquigráficas desta Sessão. Solicitamos na Audiência Pública aqui na Assembléia Legislativa para o Secretário da Fazenda: quando foram pagas as dívidas até 2006 constantes naquela planilha que foi apresentada? Em que ano foram pagas as dívidas que eles fizeram menção? Essa é uma informação que deveriam prestar para nós. Segundo: qual foi o valor que o estado havia gasto com saúde, uma vez que também não constava nas planilhas, inclusive, com saneamento e sem o saneamento também? Também ficaram de nos informar, não nos informaram.

E a outra solicitação que o Dr. Nestor e o Heron Arzua ficaram de nos atender, que até agora não recebemos: qual é o valor da folha de pagamento desde 1994, inclusive, até 2006, inclusive, em relação à receita que diz respeito aos limites de despesa com pessoal conforme a legislação hoje? São essas três perguntas que nós fizemos e não recebemos as respostas. Eles se comprometeram, Sr. Presidente, e o Presidente sabe disso, aqui, naquela Sessão Pública. Eu gostaria que V. Exa., como Presidente da Assembléia, porque na verdade não há um desrespeito com este Parlamentar, há um desrespeito com o Poder Legislativo em não informar os questionamentos levantados na Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu encareço, novamente, agora publicamente a V. Exa. que me forneça esses pedidos, essas dúvidas para que eu possa encaminhar à Secretaria da Fazenda.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Embora a assessoria da Secretaria da Fazenda tenha tomado nota aquele dia, que eles se comprometeram, palavras do próprio Nestor, estão nas notas taquigráficas que eu vi agora. Vamos fornecer para o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero entender que não houve nenhum desrespeito, houve aí algum descuido momentâneo e esporádico por parte de algum assessor da Secretaria, não houve desrespeito. Mas eu faço questão de contribuir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero reconhecer que o Deputado Elio Rusch tem razão. De fato ele fez indagações e as indagações ficaram de ser encaminhadas.

Os documentos que ele está solicitando estão no site da Secretaria da Fazenda, todos eles, 100% deles estão. Mas, de qualquer forma, penso que é necessário, sim, que se encaminhe...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É importante que o Dr. Nestor Bueno esclareça.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Claro, o Dr. Nestor tem todos os dados, embora os dados de investimentos em saúde estavam na apresentação feita pela Secretaria da Fazenda: 12.2 sem saneamento e 13 ponto qualquer coisa com saneamento. Para poder aqui registrar esse dado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para terça-feira, dia 24 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07 e dos Projetos de Lei nºs 047 e 135/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 087, 210, 212, 219, 224 e 229/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ato do Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 008/07

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do título II, seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno.

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição, composta pelos Deputados Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Osmar Bertoldi, Professor Luizão e Antonio Belinati, para opinar sobre a Proposição nº 042/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que objetiva alterar a Constituição do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 346/07-A

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VALDENOR PAULO DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.01.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 847/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 1956/07, de 13 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Determinar a Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do imposto de renda na fonte, dos proventos de JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, matrícula nº 350, portador do RG 340.449-8 PR, aposentado no cargo em Comissão, simbologia DAS-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 016/07, expedido por Junta Médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda - e nos termos do artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 15/01 - SRF.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 848/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 1213/07, de 26 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Determinar a Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do imposto de renda na fonte, dos proventos, de ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 190, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, aposentado no Cargo em Comissão, simbologia DAS-5, conforme Laudo Médico nº 017/07, expedido por Junta Médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999 - e inciso XII do artigo 5º da Ins-

trução Normativa nº 15, de 06 de fevereiro de 2001, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 850/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 2271/07, de 20 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, a REGINA TRINKEL ARAUJO, matrícula nº 185, portadora do RG nº 638.593-PR e do CPF nº 257.534.449-20 ocupante do cargo de Taquígrafa nível NUD-05, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, abono de permanência, em serviço, equivalente a sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir da sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 946/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2438/07, de 23 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Determinar a Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do imposto de renda na fonte, dos proventos, de EDEMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula nº 498, portador do RG 521.180-PR e do CIC nº 036.202.639-49, aposentado no cargo de Consultor Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 021/07, expedido por Junta Médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda - e nos termos do artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 15/01 - SRF.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 947/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2374/07, de 22 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, a SANDRA REGINA BARROS RIBEIRO, matrícula nº 40420, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo NTB-2, licença especial de três meses, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 064/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 924, datado de 08 de fevereiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Prorrogar, à disposição da Secretaria de Estado dos Transportes, a servidora deste Poder Legislativo, MARIANA CAZAMAJOU CELLI, matrícula nº 40255, até a data de 31.12.07, para prestar serviços junto ao Departamento de Estradas e Rodagem-DER, sendo com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.04.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissões

Reforma da Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DA INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, no gabinete da presidência do plenário, reuniram-se

os membros da comissão especial que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 042/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, para sua instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verifi-

cada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, verificou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Antonio Belinati e Osmar Bertoldi para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Sr. Presidente indicou o Deputado Ademar Traiano para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Defesa do Consumidor

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 1º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Cleiton Kiesel. Havendo número legal, o Presidente em exercício deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 135/07, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será

assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de comissão.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente em exercício

Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira, e com a presença dos seguintes Deputados: Beti Pavin, Rui Hara, Antonio Belinati, Ribas Carli Filho e Elio Rusch. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião. Não havendo matéria a ser apreciada pelo Plenário, foram traçadas planificações de trabalho da Comissão para a 1ª e 2ª Sessões Legislativas. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente, pelos demais Deputados presentes, e por mim, Augusto Cesar Conciani, Secretário desta comissão.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

Augusto Cesar Conciani - Secretário

